

<http://www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/mulheres/dia-internacional-da-mulher>

Mulheres

Relacionados

- [Governo federal lança campanha para o Dia Internacional da Mulher](#)
 - [Dia Internacional da Mulher](#)
-

Dia Internacional da Mulher

01/03/2011 17:20 - Portal Brasil

A idéia de se celebrar o Dia da Mulher surgiu no contexto dos inúmeros protestos e manifestações de mulheres trabalhadoras no mundo entre o final do século XIX e início do século XX.

O primeiro grande marco é de 8 de março de 1857, quando trabalhadoras da indústria têxtil da cidade de Nova Iorque protestaram contra as condições desumanas de trabalho, as longas jornadas e os baixos salários.

Em 28 de fevereiro de 1909, celebrou-se nos Estados Unidos o primeiro Dia Nacional da Mulher. A iniciativa foi do Partido Socialista da América.

Em 1910, durante a II Conferência de Mulheres Socialistas, ocorrida em Copenhague, foi aventada pela primeira vez a idéia de se criar um Dia Internacional da Mulher. A proposta foi da alemã Clara Zetkin, uma das lideranças do Partido Social-Democrata da Alemanha.

Em seguimento à idéia, no dia 19 de março de 1911, a data foi oficialmente celebrada na Áustria, Dinamarca, Alemanha e Suíça.

Em representação à luta travada pelas mulheres por direitos no final do século XIX e início do século XX, associa-se a data do Dia Internacional da Mulher a um momento máximo de opressão, quando, em 1911, cerca de 140 trabalhadoras foram trancadas dentro de uma fábrica de roupas e carbonizadas durante um incêndio.

Destacam-se também os protestos de mulheres russas contra a Primeira Guerra Mundial, a partir de 1914. As manifestações geralmente ocorriam no último domingo de fevereiro, que, no calendário ocidental gregoriano, caía por volta do dia 8 de março. Destes, o evento mais significativo ocorreu em 1917, às vésperas da Revolução Russa, quando trabalhadoras protestaram e entraram em greve por “Pão e Paz”. Com a queda do czar Nicolau II poucos dias depois, o novo Governo Provisório russo garantiu às mulheres o direito de votar e ser votada, além de vários direitos trabalhistas.

Em 1975, Ano Internacional da Mulher, as Nações Unidas confirmaram o 8 de março como o Dia Internacional da Mulher.

Em 2011, o tema das Nações Unidas para o Dia Internacional da Mulher é “Igualdade de acesso à educação, ao treinamento e à ciência e tecnologia: trilha do trabalho decente para a mulher”.

Com o passar dos anos, as mulheres conquistaram importantes vitórias, como o direito à educação, ao trabalho, à participação ativa na política e à licença-maternidade. No Brasil, segundo informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009, elas representam 51,3% da população, 43,9% da população economicamente ativa (PEA) e 42,6% da ocupada. Já os dados da Síntese dos Indicadores Sociais 2010, baseados na PNAD, apontam que a média de estudo das mulheres é de 8,8 anos, enquanto os homens estudam apenas 7,7 anos.

Apesar disso, ainda é grande a desigualdade no mercado de trabalho. O Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas – Pesquisa 2010 -, do Instituto Ethos e Ibope Inteligência, aponta que as mulheres detêm 33,1% dos postos de trabalho no quadro funcional. Nos outros níveis, a presença feminina se divide em 26,8% na supervisão, 22,1% na gerência e 13,7% no executivo.

No setor político, a situação é parecida. De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 193 mulheres foram eleitas em 2010 para o Executivo e o Legislativo, apenas 11,66% do total de cargos. Uma dessas posições foi a de Dilma Rousseff, eleita a primeira presidenta do País.

As mulheres e a violência

A mobilização da sociedade contra a discriminação e a violência contra a mulher são mais frequentes a cada ano. Em 1985, por exemplo, a cidade de São Paulo (SP) inaugurou a primeira Delegacia de Defesa da Mulher do país. Cinco anos depois, também na capital paulista, a prefeita Luiza Erundina fundou uma casa de amparo às mulheres, primeiro serviço público municipal de atendimento aos casos de violência doméstica e sexual. Em 2003, o governo federal criou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), que estabelece políticas públicas voltadas para a valorização e a proteção das cidadãs do sexo feminino.

Em agosto de 2006, as brasileiras alcançaram uma grande vitória: a Lei Maria da Penha alterou o Código Penal ao punir de forma mais severa agressores de mulheres, que hoje podem ser presos em flagrante ou ter prisão preventiva decretada. Antes, eles só

eram punidos após ferirem efetivamente as mulheres, pois as ameaças não eram suficientes para mandá-los para a prisão ou afastá-los do lar.

Para acessar outras informações a respeito da legislação e dos direitos da mulher, acesse o site da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. (www.sepm.gov.br)

Fontes:

United Nations (www.un.org)
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (www.sepm.gov.br)
Mais Mulheres no Poder (www.maismulheresnoperbrasil.com.br)
Instituto Ethos (www.ethos.org.br)
IBGE (www.ibge.gov.br)
Tribunal Superior Eleitoral (www.tse.gov.br)
Pnad e SIS (www.ibge.gov.br)